

Política identitária da AD dará “vitórias culturais” ao Chega

O foco da AD em políticas identitárias tem um objectivo “eleitoralista” e “vai dar vitórias culturais ao Chega”

Ana Bacelar Begonha

A Alternativa Democrática (AD) tem adoptado ou proposto uma série de políticas identitárias, seja ao nível governativo ou parlamentar, sobre a identidade de género e os direitos das mulheres: impediu os boletins de saúde de passarem a ser amarelos, removeu o guia *O Direito a Ser nas Escolas*, quer retirar questões ditas ideológicas da disciplina de cidadania e tentou eliminar o conceito de “violência obstétrica” da lei. Para os especialistas ouvidos pelo PÚBLICO, a coligação está a reagir às políticas de esquerda e ao crescimento do Chega com um objectivo “eleitoralista”. Mas que só terá como consequência “assimular-se” ao partido de direita radical populista e alimentá-lo, além de acabar com direitos.

É o caso de João Ferreira Dias, investigador do Centro de Estudos Internacionais do Iscte, para quem a coligação entre o PSD e o CDS está a reagir “ao avanço de políticas progressistas” feitas pelos governos de esquerda passados com políticas igualmente identitárias, já que procuram “veicular uma ideia de cultura, de nação, de família” – um fenómeno que não é exclusivo de Portugal e que “começou forte” noutros países, como a Hungria de Viktor Orbán e os Estados Unidos da América de Donald Trump.

“Há uma reacção ao avanço do multiculturalismo a partir de um conservadorismo radicalizado que está muito presente no Chega, que já estava presente no CDS e que, por contaminação, chega ao PSD”, defende, numa conversa com o PÚBLICO, em que assinala que os sociais-democratas “querem capturar o eleitorado” da direita radical

populista com estas medidas.

O especialista em guerras culturais e políticas identitárias defende que há uma “maioria cada vez mais canalizada para a direita” porque “a esquerda se focou em questões identitárias” nos últimos anos, como as questões LGBT+, o anti-racismo ou o feminismo, deixando de representar “hiperplataformas”, num país que tem uma “maioria moral conservadora e tradicional”.

Mas atribui igualmente o crescimento do Chega ao centro-direita: “A direita radical acaba por ser beneficiada porque as pessoas preferem o original à cópia e a AD continua a ser um partido do sistema”, explica, acrescentando que, de cada vez que “a AD vai adoptando a agenda” do Chega, este partido “coloca outra”. “Vai dar vitórias culturais ao Chega”, projecta o analista político.

Por sua vez, Marcela Uchôa, investigadora no Instituto de Estudos Filosóficos da Universidade de Coimbra, defende que “é da essência da direita tradicionalista, elitista e conservadora ter uma agenda que vai contra” as políticas ditas *woke*. A também jurista considera, contudo, que essas políticas mais não são do que as “políticas de esquerda”, que tanto se focam nos “direitos do trabalho” como no “anti-racismo”, por exemplo. E aponta até que “as políticas de identidade são, por essência, de direita”, já que procura fazer uma “defesa da identidade do país, da cultura e da raça”.

Porém, a especialista admite que “houve, nas últimas décadas, por consequência da própria fraqueza da esquerda, num contexto de globalização neoliberal e políticas de austeridade, uma aposta em políticas simbólicas”. Isto é, criou-se uma “esquerda identitária”, que “tentou apoiar-se



na defesa dos direitos de várias ‘identidades’ oprimidas”, em vez de “proceder a políticas universais”, afirma.

Em resposta, “muitas das contramedidas da direita também o são”, o que leva Marcela Uchôa a falar de uma “guerra de sombras” que não altera a realidade das pessoas e “ainda lhes dificulta mais a vida” com “o discurso anti-*woke*”, que “tem sido utilizado principalmente pela direita

populista e pela extrema-direita para atacar a esquerda”.

É aí que a investigadora insere também o Governo da AD, que considera ter um “objectivo óbvio: oportunismo eleitoralista”, ou seja, “tentar, com um discurso de extrema-direita, reconquistar para o centro-direita”. Mas alerta que se trata de uma “falácia”, já que o Governo acaba por “se assimilar cada vez mais à extrema-direita” e “vão desaparecendo os direitos reais”.

Fim de “linhas vermelhas”

Um dos primeiros sinais deste fenómeno deu-se em Julho do ano passado, quando a Direcção-Geral de Saúde (DGS) publicou um inquérito sobre saúde menstrual em que utilizava a expressão “pessoas que menstruam”, o que levou o PSD a questionar o Governo sobre esta decisão no Parlamento. Neste caso, o executivo, pelo lado do Ministério da Juventude e da Modernização, defendeu que se deve usar uma “linguagem neutra do ponto de vista do género” sobre as questões menstruais. Mas essa posição

levantou novas perguntas e críticas por parte do CDS e de um deputado social-democrata.

Já em Novembro, a DGS decidiu alterar as cores dos boletins de saúde infantil e juvenil de rosa e azul (consoante o sexo atribuído às crianças) para uma cor universal, o amarelo, até que os boletins fossem desmaterializados. Contudo, acabou por dar um passo atrás “por decisão do Ministério da Saúde”, sem referir as razões que levaram a esse recuo e após críticas de um deputado do CDS.

Posteriormente, PSD e CDS recomendaram ao Governo, no Parlamento, a retirada do guia *O Direito a Ser nas Escolas*, que estabelece orientações para a prevenção e o combate à discriminação e violência em razão da orientação sexual, identidade de género, expressão de género e características sexuais em contexto escolar. As iniciativas foram aprovadas pela direita (PSD, Chega, IL e CDS), em Fevereiro, e a Direcção-Geral da Educação já removeu esta publicação.

Acresce que o anterior Governo decidiu rever a disciplina de Cidadania

“
Houve, nas últimas décadas (...), uma aposta em políticas simbólicas

Marcela Uchôa

Investigadora no Instituto de Estudos Filosóficos da Universidade de Coimbra

NUNO FERREIRA SANTOS



nia e Desenvolvimento, uma das prioridades elencadas pelo primeiro-ministro no último congresso do PSD, em Outubro passado, tendo Luís Montenegro prometido “libertar esta disciplina das amarras a projectos ideológicos ou de facção”. E o CDS chegou a entregar uma recomendação na Assembleia da República com esse fim, que foi aprovada com o voto do PSD no início do ano.

Foi já o novo Governo da AD a dar andamento a esta questão. As alterações à disciplina, inseridas numa revisão mais ampla das aprendizagens essenciais que vai a consulta pública, ainda não são conhecidas a fundo, mas, na segunda-feira da semana passada, o ministro da Educação considerou “complexo” o “tema da identidade de género”.

Há duas semanas, o PSD entregou também um projecto para retirar da lei dos direitos da mulher na gravidez e no parto, publicada em Março, o conceito de “violência obstétrica”, ao passo que o CDS propôs mesmo revogar esta lei, embora estivesse disposto apenas a fazer alterações para reti-

rar este conceito da legislação.

Ainda na saúde, outra questão levantada pelo CDS na legislatura anterior foi a do aborto, cujas regras procurou limitar, depois de o líder parlamentar Paulo Núnico ter defendido um novo referendo durante a campanha eleitoral de 2024. Todavia, Luís Montenegro tinha prometido não fazer alterações a esta lei e o PSD votou contra todas as propostas, incluindo as da esquerda, para alargar o prazo da interrupção voluntária da gravidez.

Olhando para o futuro, Marcela Uchôa mostra preocupação com o debate sobre a violência obstétrica, que, ao contrário das restantes medidas, considera “vai muito além do simbólico”. Já João Ferreira Dias defende que a AD ir mais longe neste tipo de questão significa “acabar com as linhas vermelhas”. Mas admite que “é possível”, antecipando que o próximo debate será sobre “o combate ao Islão”. Ainda há três semanas, o Chega apresentou uma proposta para impedir o uso de burcas no espaço público.